

A Economia Solidária e a atuação da incubadora da UFRR junto aos empreendimentos solidários em Roraima

Eixo 1 – Economia Solidária e Organização do Trabalho

Emerson Clayton Arantes¹; Leuda Evangelista de Oliveira²; Meire Joisy Almeida Pereira³

¹Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor do Departamento de Administração da Universidade Federal de Roraima e integrante da equipe PITCPES/UFRR – emersonclaytonarantes@gmail.com

²Mestre em Educação Pela Universidade Federal do Amazonas. Professora do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Roraima e integrante da equipe PITCPES/UFRR – leudaevangelista@yahoo.com.br

³Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão, professora do Departamento de Administração da Universidade Federal de Roraima e Coordenadora Executiva do PITCPES/UFRR – meirejoisy@hotmail.com

Resumo

Este artigo procura dentro de um contexto econômico solidário pesquisar e diagnosticar o que vem sendo desenvolvido e praticado, principalmente, no Brasil e em Roraima, pela Incubadora Social para apoiar os núcleos de economia solidária. Eles são denominados de unidades produtivas que geram renda. Desde de 2006 recebem apoio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidárias da Universidade Federal de Roraima - ITCPES/UFRR. Nesta perspectiva a Universidade constrói dialogicamente tecnologia social por meio da formação, da qualificação, do assessoramento, do mapeamento e do acompanhamento aos empreendimentos solidários incubados. A metodologia utilizada neste trabalho está baseada na abordagem qualitativa e tem como fontes: questionários e entrevistas semi estruturadas que serão mensuradas com base na análise de conteúdo. Nesta perceptiva propõe-se transferir tecnologia social por meio da formação, da qualificação e do acompanhamento dos empreendimentos incubados, para o aproveitamento das oportunidades de trabalho e renda a partir do desenvolvimento solidário. A ITCPES/UFRR incuba atualmente 5(cinco) Núcleos de Economia solidária na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, são eles: CPC – Santa Tereza, Mulheres do Cauamé, Mulheres Aliança, Associação Feras da Amazônia e CPC – Jóquei Clube, constituídos basicamente por mulheres migrantes, com nível de escolaridade baixa e média, faixa etária acima dos 20 anos, que encontram dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal. Esta pesquisa tem finalidade multidimensional, isto é, envolve a dimensão social, econômica, política, ecológica e cultural. Isto porque, além da visão econômica de geração de trabalho e renda, as experiências de Economia Solidária se projetam no espaço público, no qual estão inseridas, tendo como perspectiva a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável; vale ressaltar: a Economia Solidária não se confunde com o chamado "Terceiro Setor" que substitui o Estado nas suas obrigações legais e inibe a emancipação de trabalhadoras e trabalhadores, enquanto sujeitos protagonistas de direitos. A Economia Solidária reafirma, assim, a

emergência de atores sociais, ou seja, a emancipação desses sujeitos históricos.

Palavras-chave: Economia solidária, UFRR, empreendimentos, Roraima.

1 Introdução

Este artigo procura dentro de um contexto econômico solidário pesquisar e diagnosticar o que vem sendo desenvolvido e praticado, principalmente, no Brasil e em Roraima, pela Incubadora Social para apoiar os núcleos de economia solidária. Eles são denominados de unidades produtivas que geram renda. Desde de 2006 recebem apoio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidárias da Universidade Federal de Roraima - ITCPES/UFRR. Nesta perspectiva a Universidade constrói dialogicamente tecnologia social por meio da formação, da qualificação, do assessoramento, do mapeamento e do acompanhamento aos empreendimentos solidários incubados.

A Economia solidária é uma forma de produção centrada na valorização do ser humano e não do capital. Possui base associativista e cooperativista e é voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços de modo autogestionário, comunitário e solidário, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida. Preconiza o entendimento do trabalho como um meio da emancipação humana dentro de um processo de democratização econômica, criando alternativa frente à dimensão alienante e assalariada das relações do trabalho do modo de produção capitalista.

Assim este artigo busca evidenciar o conteúdo da Economia Solidária, como experimentos dos seres humanos produtores diretos para além das condições dadas. Na explicitação de Grade (2007), se privilegia as formulações sobre a Economia Solidária de Singer que traz à luz a luta dos seres humanos trabalhadores na superação da sociedade burguesa.

2 Referencial teórico

2.1 Princípios da Economia Solidária

Assim partindo do pressuposto de que os seres humanos, na sociedade, têm duas formas limites de produzirem sua existência: ou a produzem com o próprio trabalho, como fonte de sua propriedade privada ou com o trabalho dos outros homens. Entre eles há infindáveis combinações possíveis (AUED, 2005).

Neste sentido, Marx analisa a propriedade e os trabalhadores:

A propriedade privada, antítese da propriedade coletiva, social, só existe quando o instrumental e as outras condições externas do trabalho pertencem a particulares. Assume caráter diferente conforme esses particulares sejam trabalhadores ou não. Os matizes inumeráveis que a propriedade privada oferece à primeira vista refletem apenas os estados intermediários que existem entre esses dois extremos, a propriedade privada de trabalhadores e a de não-trabalhadores (1985, p.879, l.1, v.2).

A sociedade burguesa universaliza a cooperação humana, como fundamento

material de sua organização social e, constitui-se em uma sociedade na qual os meios de produção só podem ser operados em comum. Paradoxo burguês, enquanto a produção se faz de forma social, a apropriação processa-se privadamente de forma fetichizada, como salário, lucro/juro, renda da terra (MARX, 1974a, p.267-68).

Os elementos materiais engendrados na sociedade burguesa, primeiro como manufatura, depois como grande indústria moderna, objetivam a união dos homens, portanto, são formas singulares de produção da existência humana, como ser social plenamente constituído, ainda que burguês: "são o nexos, a mediação e a relação de gerações após gerações que explicitam as condições de os homens produzirem sua existência para além das condições dadas" (AUED, 2005, p.30).

O novo só pode emergir a partir do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, sem esse nexos, a escassez e a miséria impediriam a sua constituição. A construção da sociedade comunista-socialista não é dada pela miséria produzida pelo modo de produção capitalista. Assim é que se busca apreender na Economia Solidária os elementos que se constituem em processo de desalienação humana, da emancipação humana, ainda que contraditoriamente, visto que se faz ainda sob o velho mundo burguês (GRADE, 2007).

Ao se construir a sociedade comunista-socialista, um de seus elementos será o próprio homem, que lhe corresponde e a define historicamente. O homem comunista-socialista não nascerá da fábrica capitalista e nem dos homens que têm ideologia fundamentada no modo de produção capitalista. Tal formulação nos indica, então, a necessidade de uma ruptura histórica para se apreender a natureza dos agentes que programar o caminho da construção de uma sociedade comunista-socialista (GRADE 2007, p.5).

Em vista do elevado grau de concentração e centralização do capital, da composição orgânica do capital modificar-se constantemente sob o modo de produção capitalista. Assim expulsando os homens do processo produtivo, produz-se a abundância de riqueza em escala nunca antes imaginada e a miséria para uma legião cada vez mais ampliada de homens. Em que os elementos dessa totalidade burguesa se perpetuam e se abrem para novas soluções, pois os homens produtores diretos ao se auto-criarem, nas condições legadas pelos seus antepassados, buscam condições materiais para se perpetuarem como homens viventes. Porém, ao fazê-lo, efetiva-se somente degenerativamente, questão já assimilada como consciência pelos homens trabalhadores, que já se sabem empobrecida, esgotada, degenerada (GRADE, 2007).

Seu trabalho criativo, sua práxis presente, vai encontrando caminhos, mediações, nexos que o efetivam como ser vivente ao mesmo tempo em que perpetuam as condições legadas pelas gerações passadas e constroem outras que os diferenciam delas. Isto é, a perpetuação das condições dadas efetiva o homem como ser degenerado e os homens as transformam, moldam, recriam aquelas condições em elementos novos para se auto-criarem sem ser degenerativamente.

Entende-se que o caminho em construção para uma sociedade mais justa e solidária, para além das condições dadas, vem se explicitando, no Brasil, como

Economia Solidária. Assim a Economia Solidária é a experimentação de uma produção material e social efetivada pelos homens produtores diretos, sob o modo de produção capitalista. Na medida em que a "estrutura vital da sociedade" socializou-se nas formas de sociedades anônimas, cooperativas industriais, fundos de investimento, empresas estatais, fundos de pensões, dentre outros. A Economia Solidária está para além dessas formas de organização social por submeter ao "controle consciente e planejado" a produção da riqueza e portando dos próprios homens, do ser social, como obra de homens associados, ainda que subsumido ao mundo do capital em degeneração. Explicita-se neste nexos seu conteúdo transitório. (GRADE, 2007).

A Economia Solidária é assim um processo superior, da superação da alienação humana. Marx explica que:

a estrutura do processo vital da sociedade, isto é, do processo da produção material, só pode desprender-se do seu véu nebuloso e místico, no dia em que for obra de homens livremente associados submetidos a seu controle consciente e planejado. Para isso, precisa a sociedade de uma base material ou de uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, só pode ser o resultado natural de um longo e penoso processo de desenvolvimento. (1994, p.88),

Conclui-se então que a Economia Solidária não é uma busca ou uma possibilidade futura de um ideal a ser conquistado. Mas algo que se constrói no próprio processo de produção, como ser social engendrado pelo capital, na materialidade dos homens hoje. Assim explicitada como desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social é a manifestação contraditória das relações próprias do modo de produção capitalista (GRADE, 2007). Desta forma, a Economia Solidária está alicerçada nos princípios a seguir.

Para que um empreendimento seja considerado solidário o mesmo tem que obedecer alguns princípios. Segundo Gaiger:

As propriedades de EES giram em torno de oito princípios que se espera ver internalizados na compreensão e na prática das experiências associativas: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social. (2004, p.11)

Estes princípios certamente refletem características de um EES, alguns podem estar mais ou menos intensos no cotidiano das atividades de cada empreendimento. Os princípios de "autogestão", "democracia" e "participação" parecem indissociáveis entre si e referem-se a questão de tomada de decisão democrática no interior dos empreendimentos, onde todos os trabalhadores têm a oportunidade de participar.

O exercício da democracia e da autogestão enfrentam dificuldades na implementação. "Os processos participativos pressupõem esforço e trabalho por parte dos participantes e constituem, em si, uma forma de aprendizado [...]".

(GUTIERREZ, 2004, p.12), porém possuem um papel central no funcionamento de qualquer empreendimento.

A auto-sustentação diz respeito à autonomia financeira do empreendimento. Para tanto o empreendimento deve se dedicar a produzir bens ou prestar serviços de modo a não depender financeiramente de nenhuma outra entidade, sua produção deve ser responsável pela sua viabilidade econômica em curto e longo prazo. Esse é um dos principais desafios enfrentados (CARVALHO, 2008, p. 20).

O "desenvolvimento Humano", a "cooperação" e "igualitarismo" estão ligados ao caráter humanístico dessas iniciativas. A Economia Solidária possui uma finalidade multidimensional, isto é, envolve a dimensão social, econômica, política, ecológica e cultural. Isto porque, além da visão econômica de geração de trabalho e renda.

As experiências de Economias Solidárias se projetam no espaço público, no qual estão inseridas, tendo como perspectiva a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável. Vale ressaltar que a Economia Solidária não se confunde com o chamado "terceiro setor" que substitui o Estado nas suas obrigações legais e inibe a emancipação de trabalhadores e trabalhadoras, enquanto sujeitos protagonistas de direitos. A Economia Solidária reafirma, assim, a emergência de atores sociais, ou seja, a emancipação de trabalhadoras e trabalhadores como sujeitos históricos (CARVALHO, 2008, p.21).

2.2 Origem da Economia Solidária

A economia solidária originou-se na Revolução Industrial, como reação dos artesãos expulsos dos mercados pelo advento da máquina a vapor. Na passagem do século XVIII ao século XIX, surgem na Grã-Bretanha as primeiras Uniões de Ofícios (Trade Unions) e as primeiras cooperativas. Com a fundação da cooperativa de consumo o cooperativismo de consumo se consolida em grandes empreendimentos e se espalha primeiro pela Europa e depois pelos demais continentes. A partir de 1980, a exclusão de grande número de trabalhadores do mercado se repete, surge um novo cooperativismo, bem parecido com o de suas origens históricas. Novas formas institucionais de autogestão são inventadas e passam a ser conhecidas como "economia solidária" (CARVALHO, 2008, p.12).

Segundo Singer, é na história da classe operária inglesa, que se forma o caráter do cooperativismo em suas origens, nascido das greves dos trabalhadores reflexo da conjuntura econômica excludente e desigual. Esta provocada pelo grande empobrecimento dos artesãos, o crescimento do desemprego e a exploração sem limites na fábrica, com ausência de condições mínimas de proteção ao trabalho, jornadas de trabalho exageradas, exploração do trabalho infantil, "debilitamento" físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade. Singer afirma que:

a economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultante da difusão 'desregulamentada' das máquinas-ferramenta e do motor a vapor no início do século XIX. As cooperativas eram tentativas por parte dos trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica aproveitando as novas forças produtivas. (sd, vo II, p.04)

De acordo com Singer (2002, p.29,30), ao lado das cooperativas operárias havia sociedades de propaganda *owenista*, que tinham como objetivo fundar aldeias Cooperativas, atualmente chamadas de "cooperativas integrais", pois organizavam globalmente produção e consumo.

Sem intermediários esse tipo de comércio, apresenta viabilidade econômica aos seus participantes, além de atender boa parte da produção de cooperativas operárias, oferecendo um mercado onde todos pudessem trocar seus produtos. Essa característica se reproduziu na criação, por Owen, do *National Equitable Labour Exchange*, que inseriu uma moeda própria, as notas de trabalho, medido pelo tempo médio gasto por um operário padrão na produção de um determinado item, sendo desconsiderado o lucro na formação de seu preço (CARVALHO, 2008, p.13).

Da experiência do cooperativismo de consumo dos pioneiros de Rochdale, um importante centro têxtil no norte da Inglaterra, foram adotados princípios que além de universal seriam a base para o cooperativismo. Relata Singer (2002, p. 39-40):

- Que nas decisões a serem tomadas, cada membro teria direito a um voto independentemente de quanto investiu na cooperativa;
- O número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir. Por isso, esse princípio é conhecido como o da "porta aberta".
- Sobre o capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa; As obras seriam divididas entre os membros em proporção as compras de cada um na cooperativa;
- As compras na cooperativa seriam sempre á vista;
- Os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros (isto é, não adulterados);
- A cooperativa se empenharia na educação dos cooperativados;
- A cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas.

Diante da acumulação de fatores decorrentes do colapso do regime de acumulação, há uma recuperação da linha neoliberal, somados a um forte atraso nas políticas sociais e recuo significativo da força política do sindicalismo junto a uma clara alteração de ênfase da proteção ao trabalhador não pela defesa de seu salário, mas sobre a defesa do emprego (CARVALHO, 2008, p.15).

Segundo Alves (2006), é dessa forma que ressurgem com força a economia solidária, se fortalecendo num contexto de tensão do mundo do trabalho, se apresentando como alternativa dos trabalhadores à precarização de direitos sociais e trabalhistas.

2.3 Características da Economia Solidária

Ela se caracteriza pela autogestão, ou seja, pela autonomia de cada unidade ou empreendimento e pela igualdade entre os seus membros. O Ministério do Trabalho e Emprego conceitua Economia Solidária como um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando,

fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem.

A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

A Economia Solidária possui as seguintes características principais: cooperação, autogestão, dimensão econômica e solidariedade.

Cooperação

Existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens e outros). Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.

Autogestão

Os participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.

Dimensão Econômica

É uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.

Solidariedade

O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

2.4 Nova lógica de desenvolvimento sustentável

Considerando as características da economia solidária, surge uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos e culturais são ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica.

Segundo Singer (2000), a economia solidária aproveita as mudanças nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente.

De acordo com Mance (1999), o conceito vai além e agrega ao conceito a noção não apenas de geração de postos de trabalho, mas sim uma colaboração solidária que visa a construção de sociedades pós-capitalistas em que se garanta o bem-viver de todas as pessoas: "...ao considerarmos a colaboração solidária como um trabalho e consumo compartilhados cujo vínculo recíproco entre as pessoas advém, primeiramente, de um sentido moral de co-responsabilidade pelo bem-viver de todos e de cada um em particular, buscando ampliar-se o máximo possível o exercício concreto da liberdade pessoal e pública, introduzimos no cerne desta definição o exercício humano da liberdade..." (p.178).

Nos primórdios do capitalismo, o modelo apresentado mostrava que o empregado era tido unicamente como propriedade do empregador, separado das forças produtivas que detinha ou utilizava. O conceito que pode ser empregado pela economia popular solidária é: "o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade. Tolerar ou mesmo estimular a formação de empreendimentos alternativos aos padrões capitalistas normalmente aceitos, tais como cooperativas autogeridas é, objetivamente falando, uma forma de reduzir o passivo corrente que se materializa em ondas crescentes de desemprego e falências. (...) Tais empreendimentos encontram potencialmente no trabalho coletivo e na motivação dos trabalhadores que os compõem, uma importante fonte de competitividade reconhecida no capitalismo contemporâneo. Enquanto no fordismo a competitividade é obtida através das economias de escala e de uma crescente divisão e alienação do trabalho associadas a linhas produtivas rígidas – automatizadas ou não -, na nova base técnica que está se configurando, uma importante fonte de eficiência é a flexibilização" (GAIGER, 2002, p.64).

A definição da economia solidária está ligada à relação entre o trabalhador e os meios de produção, sendo que "a empresa solidária nega a separação entre

trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. (...) A empresa solidária é basicamente de trabalhadores, que apenas secundariamente são seus proprietários. Por isso, sua finalidade básica não é maximizar lucro, mas a quantidade e a qualidade do trabalho" (SINGER, 2002, p.04).

A economia solidária, então, apresenta-se como uma reconciliação do trabalhador com seus meios de produção e fornece, de acordo com Gaiger (2003), uma experiência profissional fundamentada na eqüidade e na dignidade, na qual ocorre um enriquecimento do ponto de vista cognitivo e humano. Com as pessoas mais motivadas, a divisão dos benefícios definida por todos os associados e a solidariedade, "o interesse dos trabalhadores em garantir o sucesso do empreendimento estimula maior empenho com o aprimoramento do processo produtivo, a eliminação de desperdícios e de tempos ociosos, a qualidade do produto ou dos serviços, além de inibir o absenteísmo e a negligência" (GAIGER, 2002, p.34).

A economia solidária, conforme Wautier *apud* Cattani (2003), é orientada do ponto de vista sociológico e "acentua a noção de projeto, de desenvolvimento local e de pluralidade das formas de atividade econômica, visando à utilidade pública, sob forma de serviços diversos, destinados, principalmente, mas não exclusivamente, à população carente ou excluída".

A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo). Sob o capitalismo, os meios de produção são socializados na medida em que o progresso técnico cria sistemas que só podem ser operados por grandes números de pessoas, agindo coordenadamente, ou seja, cooperando entre si. Isso se dá não somente nas fábricas, mas também nas redes de transporte, comunicação, de suprimento de energia, de água, de vendas no varejo etc.

2.5 Bases ideológicas da Economia Solidária

A economia solidária não é a criação intelectual de alguém, embora os grandes autores socialistas denominados "utópicos" da primeira metade do século XIX (Owen, Fourier e Buchez) tenham dado contribuições decisivas ao seu desenvolvimento. A economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal não poderia preceder o capitalismo industrial, mas acompanha como uma sombra, em toda sua evolução.

Para Singer e Souza (2003), a economia solidária é o projeto que, em números países há dois séculos, trabalhadores vêm ensaiando na prática e pensadores socialistas vêm estudando, sistematizando e propagando. O resultado histórico deste projeto em construção pode ser sintetizado do seguinte modo: Homens e mulheres vitimados pelo capital organizam-se como produtores associados tendo em vista não só ganhar a vida, mas reintegrar-se à divisão sócia do trabalho em condições de competir com as empresas capitalistas; Pequenos produtores de mercadorias do campo e da cidade se associam para comprar e vender em conjunto, visando economias de escala, e passam eventualmente a criar empresas de produção socializada, de propriedade deles; Assalariados se associam para

adquirir em conjunto de bens e serviços de consumo, visando ganhos de escala e melhor qualidade de vida; pequenos produtores e assalariados se associam para reunir suas poupanças em fundos rotativos que lhes permitem obter empréstimos a juros baixos e eventualmente financiar empreendimentos solidários; os mesmos criam também associações mútuas de seguros, cooperativas de habitação e outros.

Estas iniciativas são todas de não-capitalistas, ou seja, de pessoas excluídas da posse dos meios socializados de produção e distribuição, pertencentes a duas distintas, mas não antagônicas: ou são possuidores de meios individuais de produção e distribuição e, para ganhar a vida, dependem de sua venda para ganhar a vida. As duas frações da classe trabalhadora dependem de sua atividade produtiva para sobreviver, semelhança que possivelmente explica a tendência às associações que formam pautarem-se pelos mesmos princípios.

Assim, para Singer (2000), seria um erro supor que a economia solidária é a única opção de sobrevivência das camadas mais pobres e excluídas das classes trabalhadoras. Não é verdade que a pobreza e a exclusão tornam suas vítimas eminentemente solidárias. O que se observa é há muita solidariedade entre os mais pobres e que a ajuda mútua é essencial à sua sobrevivência.

Mas esta solidariedade se limita aos mais próximos, com os quais a pessoa se identifica. A mesma pessoa que se mostra solidária com parênteses vizinhos disputa com unhas e dentes qualquer oportunidade de ganho contra outras, que lhe são "estranhas". E muitos deles aceitam e internalizam os valores do individualismo que fundamentam a instituição do capitalismo.

3 Economia Solidária no Brasil

A economia solidária ressurgiu no Brasil, de forma esparsa na década de 1980 e tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 1990. Ela resulta de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura de mercado interno às importações, a partir de 1990 (SINGER, 2003, p.25).

Em 1991, tem início o apoio de assessores sindicais a operários que conseguem se apossar da massa falida da empresa que antes os empregava, formando uma cooperativa de produção, que retoma as operações e assim 'salva' os postos de trabalho até então ameaçados de fechamento. Três anos depois, diversas empresas autogestionárias com esta origem fundam a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária - ANTEAG (SINGER e SOUZA, 2003, p.25).

O movimento de economia solidária tem crescido de maneira muito rápida, não apenas na Europa e no Brasil mas também em diversos outros países. O seu crescimento no contexto brasileiro se deve a fatores variados, dentre os quais vale destacar a resistência de trabalhadoras e trabalhadores à crescente exclusão, desemprego urbano e desocupação rural resultantes da expansão agressiva dos efeitos negativos da globalização, da produção capitalista (SINGER e SOUZA, 2003, p.25).

Tal resistência se manifesta primeiramente como luta pela sobrevivência, na conformação de um mercado informal crescente, onde brotam iniciativas de economia popular tais como a atuação de camelôs, flanelinhas, vendedores ambulantes e outros. Normalmente de caráter individual ou familiar (MTE, 2010).

Com a articulação de diversos atores, essa resistência também se manifesta na forma de iniciativas associativas e solidárias voltadas também à reprodução da vida, mas que vão além disso, apontando para alternativas estruturais de organização da economia, baseada em valores como a ética, a equidade e a solidariedade e não mais no lucro e acúmulo indiscriminado.

Verifica-se no Brasil, durante a última década, a crescente organização da economia solidária enquanto um movimento. Assim ultrapassando a dimensão de iniciativas isoladas e fragmentadas no que diz respeito à sua inserção nas cadeias produtivas e nas articulações do seu entorno, e orientando-se para a articulação nacional, a configuração de redes locais e o estabelecimento de uma plataforma comum (MTE, 2010).

Essa tendência dá um salto considerável a partir das várias edições do Fórum Social Mundial, espaço privilegiado no qual diferentes atores, entidades, iniciativas e empreendimentos puderam construir uma integração que desembocou na demanda ao então recém-eleito presidente Lula pela criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES (MTE, 2010).

Simultaneamente à criação desta Secretaria, foi criado, na III Plenária Nacional de Economia Solidária, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), representando este movimento no país. A criação dessas duas instâncias, somada ao fortalecimento do campo da economia solidária no interior da dinâmica do Fórum Social Mundial, consolida a recente ampliação e estruturação desse movimento (MTE, 2010).

Portanto, a economia solidária entendida como o conjunto de atividades econômicas (produção, distribuição, consumo, poupança, crédito, etc) organizada sob a forma de autogestão constitui a estrutura organizativa de um processo de desenvolvimento emancipatório.

4 Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho está baseada na abordagem qualitativa e tem como fontes: questionários e entrevistas semi estruturadas que serão mensuradas com base na análise de conteúdo. Nesta perceptiva propõe-se transferir tecnologia social por meio da formação, da qualificação e do acompanhamento dos empreendimentos incubados, para o aproveitamento das oportunidades de trabalho e renda a partir do desenvolvimento solidário. A ITCPES/UFRR incuba atualmente 5(cinco) Núcleos de Economia solidária na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, são eles: CPC – Santa Tereza, Mulheres do Cauamé, Mulheres Aliança, Associação Feras da Amazônia e CPC – Jóquei Clube, constituídos basicamente por mulheres migrantes, com nível de escolaridade baixa e média, faixa etária acima dos 20 anos, que encontram dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal.

5 Resultados e discussões

5.1 Economia Solidária em Roraima

A economia solidária não é um arranjo produtivo, mas um tipo de economia originada e desenvolvida por camadas populares que produzem sua existência fazem trocas, e aglutina formas de associações para o trabalho, articulando eixos como o da solidariedade e de organização social (GRADE e PEREIRA, 2010, p.16).

Os experimentos de economia solidária e os resultados em termos de empreendimentos observados no Acre, Mato Grosso, Pará e Roraima demonstram as mulheres assumindo a Economia Solidária como grupo expressivo, mostrando sua força e capacidade de liderança (GRADE PEREIRA, 2010, p.16). Observa-se que em Roraima encontram-se cadastrados no site do Ministério do Trabalho e Emprego, 126 empreendimentos de economia Solidária no Estado, segundo dados SIES em 2005. Destes especialmente, destacam-se os grupos de mulheres Cauamé, São João Batista, Santa Tereza, Feras do Amazonas, Mulheres Aliança, mulheres em ação, CPC do jôquei clube e o grupo das mulheres migrantes solidarias. Grupos com produção local, buscando alternativa de renda para suas famílias (GRADE e PEREIRA, 2010, p.16).

Todos os grupos trazem histórias da luta cotidiana de mulheres que migraram para o Estado de Roraima em busca de alternativa para suas vidas. Cada grupo traz sua vivência, seu modo de trabalhar os produtos, incorporando traços culturais e locais que permitem o traço profundamente universal e regional nos produtos. A luta ao se forja no fazer foi constituindo os passos do Projeto ITCPES (GRADE e PEREIRA, 2010, p.17).

Outro aspecto relevante na construção desse processo é a formação política de mulheres. O conhecimento assimilado sobre os seus direitos, os seus deveres são comprovados na lutas travadas pelo movimento para ter acesso às políticas públicas de trabalho e renda em Roraima (GRADE e PEREIRA, 2010, p.17).

O principal espaço de diálogo construído pelos integrantes da dinâmica local está no Forum Roraimense de Economia Solidário. É nesse espaço democrático que se encontram os diversos anseios das mulheres e demais integrantes. Uma delas foi conquista, por meio da concessão dada pelo governo do Estado de Roraima, através da Secretaria de Estado e Bem-Estar Social, para a instituição do Centro de Referência em Economia Solidária no bairro Santa Tereza. O local é a base dos grupos de produção que atuam na dinâmica da Economia Solidaria em Roraima (GRADE e PEREIRA, 2010, p.18). Lá são realizadas as feiras, encontros, reuniões, tem o espaço para produção, enfim, consitui-se no espaço de trabalho, de esforço, de luta, e de dedicação. A Universidade Federal de Roraima – UFRR por meio da ITCPES pôde interagir nesse processo de ensinar e aprender com essas mulheres construindo novas realidades de perspectivas emancipatórias.

Em 2006 foi criada a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal de Roraima – ITCPES da Universidade Federal de Roraima - UFRR por conta do fomento da SENAES. A ITCPES/UFRR nasce incubada pela ITCPES/UFPA. A ITCESP/UFRR portanto, constitui-se num projeto de extensão vinculado a Pró-Reitoria de Extensão da

UFRR, que objetiva promover a incubação - formação, assessoramento e acompanhamento junto aos núcleos de economia solidária- bem como formar discentes e gestores públicos para o movimento da ES. O projeto foi coordenado inicialmente pela Professora Marlene Grade e atualmente é coordenada pela Professora Meire Joisy Almeida Pereira e os professores Leuda Evangelista de Oliveira, Emerson Clayton Arantes e Anderson Paiva.

5.2 Transferência de Tecnologia Social em Roraima

As estratégias construídas pela classe trabalhadora estão passando pela promoção de novos padrões de desenvolvimento local e regional na viabilização de processos sustentáveis de crescimento econômico e distribuição de riqueza. Ganham centralidade formas de desenvolvimento sustentável e solidário. Esses novos conceitos vêm ocupando a agenda dos setores populares enquanto caminhos alternativos para a construção de suas vidas e de distribuição de renda. Assim a Economia Solidária se apresenta como alternativa de milhares de trabalhadores que buscam alterar suas condições de vida sob a forma de organização coletiva do trabalho nas mais diversas regiões (GRADE e MILANI, 2007).

Os empreendimentos solidários contribuem para o desenvolvimento brasileiro e, principalmente na Amazônia, buscam construir formas alternativas de desenvolvimento que aproveitem as potencialidades locais, preservando o vasto potencial dos recursos naturais existentes (GRADE e MILANI, 2007). Esse novo momento indica condições oportunas para a diversificação da base produtiva regional, além de estimular a geração de trabalho e melhorar a distribuição de renda, bem como qualificar profissionais na região amazônica. Sua importância aparece como vital para se contrapor aos padrões tradicionais de desenvolvimento que se impõem na região.

A Universidade Federal de Roraima (UFRR) ocupou um papel fundamental nesse processo na medida que pode incentivar, articular, pensar, apoiar e estruturar outras formas de desenvolvimento que priorizem a sustentabilidade amazônica e, ao mesmo tempo, gerem possibilidades de vida, reduzindo as desigualdades socioeconômicas, respeitando a diversidade cultural e viabilizando atividades que gerem emprego e renda (GRADE e MILANI, 2007).

A ênfase a grupos femininos ocorreu em razão de serem essas as organizações coletivas e solidárias encontradas em Boa Vista. Os grupos são formados por mulheres migrantes e indígenas empobrecidas na faixa etária que varia de 30 a 60 anos, todas chefes de família que não encontram formas de sobrevivência fora desse espaço de trabalho e de geração de renda se não nos moldes do trabalho coletivo. A situação desses grupos é extremamente frágil e atuam em diversas atividades que envolvem a costura, com a produção de roupas íntimas, de uniformes escolares e profissionais, de panos de prato etc., de bordados, crochê, tricô, de confecção de almofadas, de bichinhos de pelúcia, de bijuterias com sementes, artesanatos em geral. Para prosseguirem existindo e possibilitarem a sobrevivência de seus membros, os grupos precisam ser apoiados (GRADE e MILANI, 2007).

Foi por conta das necessidades desse grupo, que vão desde infra-estrutura básica

até conhecimentos técnicos, é que professores da UFRR uniram-se para contribuir via projeto de ensino, pesquisa e extensão para um processo de emancipação dos grupos de economia solidária. O resultado dessa estratégia constitui-se no processo de incubação dessas unidades pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários da Universidade Federal de Roraima – ITCPES/UFRR iniciado em maio de 2006 (GRADE e MILANI, 2007).

O objetivo geral do projeto ITCPES/UFRR foi promover propostas para o desenvolvimento regional e sugestões de políticas públicas por meio do processo de formação, de qualificação e de mobilização dos empreendimentos solidários a partir da organização das mulheres, priorizando a inovação dessas unidades produtivas no Estado de Roraima na perspectiva de geração de trabalho e renda e de outra forma de desenvolvimento sustentável e solidária (GRADE e MILANI, 2007).

As ações desenvolvidas buscaram criar alternativas concretas de inclusão socioeconômica das trabalhadoras por meio do acesso à formação e à qualificação. Buscou-se ainda desenvolver pesquisas para gerar conhecimento científico e também a inserção de alunos da Universidade Federal de Roraima para conhecerem esses processos, possibilitando maior exercício de pesquisa e aproximação com o mundo do trabalho (GRADE e MILANI, 2007).

Segundo Grade e Milani (2008), os objetivos específicos da Incubadora são:

1. Disponibilizar formação e qualificação no âmbito da gestão, da formação e da inovação de empreendimentos solidários de mulheres no Estado de Roraima (cooperativas e associações), que possibilitem o fortalecimento dos experimentos coletivos nas áreas econômica, contábil, de direito, de serviço social, educacional, dentre outras que se fizerem necessárias;
2. Apoiar e fortalecer a criação de redes de cooperação entre os empreendimentos solidários, movimentos sociais e instituições de apoio à economia solidária;
3. Estudar os processos de inserção e de comercialização dos produtos oriundos dos empreendimentos solidários;
4. Realizar ações de capacitação/formação mediante cursos, oficinas, seminários e palestras para os membros dos empreendimentos solidários e acompanhamento sistemáticos aos grupos;
5. Compreensão das formas de desenvolvimentos oriundas dessas organizações sociais e seus impactos sociais, econômicos, ambientais e tecnológicos para a geração de políticas públicas;
6. Fortalecer o Fórum de Economia Solidária/RR como entidade coletiva desses grupos.

A metodologia da Incubadora envolve o ensino, pesquisa e extensão numa abordagem interdisciplinar e interinstitucional da gestão desses grupos, utilizando-se metodologias e técnicas que articulam componentes de comunicação e de educação para a gestão solidária, planejamento participativo e construção coletiva do conhecimento, levando em conta a contribuição dos conhecimentos tradicionais e científicos (GRADE e MILANI, 2007).

O processo de incubação tem início por meio das demandas externas, ou seja, eles têm contato com a economia solidária por meio de palestras, visitas, articulações da ITCPES/UFRR com os ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Pesca, do Trabalho, enfim com organizações locais que nos demandam para realizarmos oficinas, palestras, rodas de conversas. Na medida em que esses grupos conhecem o trabalho da ITCPES/UFRR demandam visitas em seus empreendimentos a fim de verificarem a possibilidade de serem incubados.

Um dos limites desse processo está na forma de gestão das ITCPES. Os projetos e/ou programas são operacionalizados/acessados por meio de editais públicos. Portanto, os serviços, as qualificações estão diretamente vinculadas às políticas de fomento à dinâmica da Economia Solidária brasileira. A gestão superior da UFRR tem no projeto de Extensão da ITCPES uma forma de aproximar a Universidade da Comunidade, por isso mantém o projeto, independente de edital, com material de consumo, estrutura física e bolsistas da graduação.

5.3 Perfil dos empreendimentos solidários incubados pela ITCPES/UFRR

Segundo MTE (2010) os empreendimentos econômicos solidários são o conjunto de organizações coletivas regidas pelo princípio da solidariedade, autonomia e autogestão. Nos empreendimentos econômicos solidários há uma democratização dos processos decisórios entre os associados, a distribuição equitativa do trabalho, dos resultados e dos benefícios. Não há separação entre a concepção e a execução do trabalho, nem o monopólio do conhecimento, os meios produtivos são coletivos, e há um processo constante de auto-organização e auto-construção.

A ITCPES/UFRR têm o propósito de fortalecer os núcleos e experiências em Economia Solidária. Nesta perceptiva visa transferir tecnologia social por meio da formação, da qualificação e do acompanhamento dos empreendimentos incubados, para o aproveitamento das oportunidades de trabalho e renda a partir do desenvolvimento solidário. O trabalho consiste também na articulação de atividades de extensão e pesquisa junto aos núcleos e realiza o acompanhamento e assessoramento dos empreendimentos vinculados a esta dinâmica Solidária. A ITCPES/UFRR incuba atualmente 5(cinco) Núcleos de Economia solidária na cidade de Boa Vista, são eles: CPC – Santa Tereza, Mulheres do Cauamé, Mulheres Aliança, Associação Feras da Amazônia e CPC – Jóquei Clube, constituídos basicamente por mulheres migrantes, com nível de escolaridade baixa e média, faixa etária acima dos 20 anos, que encontram dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal. A seguir se apresenta o perfil dos empreendimentos incubados:

I. Cooperativa de Empreendimentos Solidários do Município de Boa Vista – COOFEC'S – criada em 18 de junho de 2009 com o principal objetivo de integrar os Núcleos de Economia Solidária. Possui atualmente 4(quatro) núcleos cooperados são eles: CPC-Santa Tereza, Mulheres do Cauamé, CPC – Jóquei Clube e Mulheres Aliança. As principais atividades são as confecções de peças do vestuário, sob medida, roupas profissionais, roupas íntimas, acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e fabricação de artefatos de tapeçaria e artesanato. Atualmente possui 22 mulheres cooperadas da COOFEC'S oriundas de vários Estados e com

diferentes níveis de escolaridades. A presidência da COOFE'S no primeiro mandato 2010-2011 esta sob a responsabilidade do Centro de Produção Comunitária do Bairro Santa Tereza.

II. COOFEC'S – Núcleo de Mulheres Aliança – O núcleo surgiu com um objetivo em comum: trabalhar livre, sem patrão para proporcionar um acréscimo na renda familiar pois contam apenas com o benefício do Bolsa família e do Vale Solidário, Programas do Governo Federal e Estadual, respectivamente. Na sua maioria são casadas, oriundas do nordeste (Maranhão e Piauí), faixa etária de 20 a 55 anos, quantidade média de filhos é 1 a 8 por família. A escolaridade vai de alfabetizadas, ensino fundamental e médio. O núcleo é uma unidade produtiva que gera renda para 4(quatro) famílias.

III. COOFEC'S – Centro de Produção Comunitária – CPC Santa Tereza – O núcleo solidário surgiu em 1995 por uma iniciativa do Governo do Estado de Roraima junto às associações de bairros, articulando mulheres que trabalhavam com corte costura. O CPC conta atualmente com 9 mulheres oriundas do nordeste, e dos Estados do Pará e Amazonas, o nível de escolaridade está em fundamental e médio. a faixa etária vai de 25 a 63 anos, a maioria chefes de família, possuindo de 1 a 8 filhos. A maioria recebem os benefícios Bolsa Família e Vale Solidário e participam das atividades comunitárias do bairro, inclusive da igreja.

IV. COOFEC'S – Mulheres do Cauamé – O núcleo teve inicio a partir de um curso de corte e costura e peças intimas, promovido pela Pastoral Indígena da Cidade – PIC, em Boa Vista. O núcleo atualmente possui 03 mulheres moradoras do Bairro Cauamé, oriundas de Roraima e São Paulo, a escolaridade é do ensino fundamental ao médio. Duas delas são casadas, e nenhuma possui ocupação remunerada, recebem apenas os benefícios do Bolsa Família e do Vale Solidário. As principais atividades desempenhadas por este núcleo é a costura (roupas e peças intimas) e também o artesanato. O núcleo funciona atualmente num espaço físico cedido pela Igreja do bairro. As máquinas usadas são de uso doméstico, com propriedade em comum e também propriedade individual na busca de aumentar a produção.

V. COOFEC'S – Centro de Produção Comunitária – CPC Jóquei Clube – O núcleo teve inicio em 10 de janeiro de 1996 com quatro mulheres, atualmente duas famílias trabalham no núcleo, o nível de escolaridade é o ensino médio e idade média de 54 anos. O núcleo ingressou na Economia Solidária em 2009, funciona hoje em um Centro de Produção Comunitária – CPC Jóquei Clube – Centros esses construídos pelo Governo do Estado a mais de 15 anos, cedidos aos Empreendimentos de Economia Solidária.

VI. Associação Feras da Amazônia – O núcleo tem como principal atividade o artesanato e as manifestações folclóricas, principalmente a dança. Trabalham com confecção de fantasias para escolas de samba do município, figurino para festas juninas, fabricam brincos, colares, cocais e se apresentam em festejos e comemorações do calendário de evento do Estado e do Município. O núcleo surgiu a partir da experiência vivida por uma das fundadoras do município de Parintins no Estado do Amazonas. Ela trouxe a experiência da dança e da confecção do artesanato para buscar uma fonte de trabalho e renda. Uma atividade importante do

grupo é o trabalho que faz junto com os jovens da comunidade, eles encontraram na dança uma fonte de oportunidade de inclusão social.

6 Considerações finais

Com a implementação das ações, a expectativa é de promoção e da autonomia desses grupos, além da geração de métodos e procedimentos que possam ser empregados em outros grupos sociais de modo que aumente sua capacidade de administrar seus recursos, otimizar o processo produtivo e auxiliar no processo de transição para práticas sustentáveis, que não gerem impactos negativos sobre o meio ambiente e dêem oportunidade ao acesso a tecnologias sociais, afirmando sua autonomia, e, ainda, elevando sua auto-estima para efetivar práticas de cidadania (GRADE e MILANI,2007).

Desta forma as atividades econômicas realizadas pelo Projeto Mulheres Empreendedoras da Amazônia, coordenado pelo ITCPES – UFRR são objetos de estudos no qual se buscam na teoria econômica solidária, as respostas ou confirmações para tudo o que vem sendo realizado no período de incubação. Assim, visa à sustentabilidade dessas atividades com a perspectiva de uma mudança de comportamento, capaz de consolidar no mercado roraimense, um processo de autogestão como resposta ao desemprego com ênfase na geração de rendas.

Considerando as características da economia solidária apontam para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica.

7 Referências

ALVES, Francisco. **Políticas de apoio à economia solidária no Brasil**. In: França Filho et al., Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006.

AUED, I.; CAMPANA, S. **Uma nova formulação para transição capitalismo-comunismo: os movimentos sociais e a questão operária**. Encontro da Sociedade de Economia Política Latino-americana (SEPLA), 2006.

BRASIL. **II Conferência Nacional de Economia Solidária**. Documento Base. Brasília: Senaes/ MTE, 2010.

_____. **Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies): Guia de orientações e procedimentos do Sies 2009/2010**. Brasília: Senaes/MTE, 2009.

CATTANI, Antonio David (org.). **A outra economia: os conceitos essenciais**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CARVALHO. Et. Al. GIRALDI, G. G. AVIGERI, M. M. **Autonomia e Poder em uma Associação de catadores contradicções e desafios**. In: anais do VI Seminário do trabalho. Marília: V. 1, Julho, 2008.

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. 2002. Protocolo disponível em: <http://www.ecosol.org.br>, [Data de acesso: maio de 2002].

_____. **L' économie solidaire au Brésil**. Revue du M.A.U.S.S.; Paris, n.21, p. 80-96, 2003.

_____. **A economia solidária e o projeto de outra mundialização.** Revistas de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 2004.

GRADE, M.; PEREIRA, M. A. J. **Mulheres Migrantes e Indígenas em Roraima: a construção de uma trajetória coletiva.** Boa Vista: UFRR/PROEX, 2010.

GRADE, M. **Solidariedade como espaço de transição: uma análise crítica da economia solidária a partir de Karl Marx.** XII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA. Anais... São Paulo, 2007.

GUTIERREZ, G. L. **Por que é tão difícil participar?** São Paulo: Paulus, 2004.

MANCE, E. A. **A Revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa Pós-Capitalista à Globalização Atual.** Editora Vozes, 1999, 1a. Ed.

MARX, Karl. **Manuscritos: economia e filosofia.** Madrid, Alianza Editorial (5a ed.), (1974a).

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política. O processo de produção do capital.** L. 1, vol.II. São Paulo: Difel, 1985.

MONTORO FILHO, A. F. et..., **Manual de Economia.** 1ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 1988.

SINGER, Paul. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil.** ECONOMIA SOLIDÁRIA. Universidade federal fluminense, Incubadora ECOSOL, Niterói, sd, volume II, mimeo. Disponível em: www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv2.pdf . Acesso em 20 de abril de 2011.

_____. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Perseu Abramo, 2002a.

_____. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição.** In: SINGER, Paul, SOUZA, André Ricardo. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. Contexto. São Paulo. 2000.

_____. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição.** In: SINGER, Paul, SOUZA, André Ricardo. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. Contexto. São Paulo. 2003.